

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Uma rua com o nome de Gustavo Moura

O Jornalismo nos Açores e em Portugal ficou mais pobre esta semana com a morte de Gustavo Moura.

Ele marcou mais do que uma geração inteira de profissionais da comunicação, na rádio e nos jornais, tendo faltado apenas a televisão, cujo filho, Pedro Moura, colmatou com mestria, como bom aluno do pai.

Sobre a sua carreira, como profissional e como cidadão, quase tudo foi dito ao longo da semana, mas falta uma homenagem que se impõe em Ponta Delgada, a sua cidade, onde nasceu, viveu, trabalhou e pela qual se empenhou toda a vida.

A ideia não é nossa. É do nosso estimado amigo e açoriano de quatro costados, como Gustavo Moura, António Valdemar, que a propõe num artigo que publicamos na página 6 desta edição.

Trata-se da atribuição do seu nome a uma rua de Ponta Delgada, mas uma rua nobre, como bem sublinha António Valdemar, amigo de Gustavo Moura toda a vida.

O antigo Director do "Açoriano Oriental" fez parte da Comissão de Toponímia do município desta cidade, ajudando a atribuir nomes de muita gente a várias ruas, pelo que é chegada a hora de sermos nós, cidadãos desta região, de lhe retribuirmos a homenagem merecida. E que o orador, na nossa sugestão, seja António Valdemar.

O seu nome ficará, para sempre, na memória das gerações que acompanharam o seu trabalho como jornalista, sempre em defesa das causas açorianas, mas é preciso que ela seja, também, perpetuada e explicada aos vindouros.

Tem a palavra o município de Ponta Delgada.

A pobreza do silêncio

Ninguém conhece melhor a problemática da pobreza, no terreno, como o Padre Weber Pereira, conhecido entre muitas famílias desta terra e dos sem-abrigo como o "Padre dos pobres".

Com a sua coragem inigualável denunciou aqui, nas páginas deste jornal, a verdadeira monstruosidade que o Governo Regional construiu em Ponta Delgada, por 4 milhões de euros, o chamado "Hotel dos sem-abrigo", com capacidade para 90 utentes, e que passados 9 meses está a funcionar apenas a meio gás.

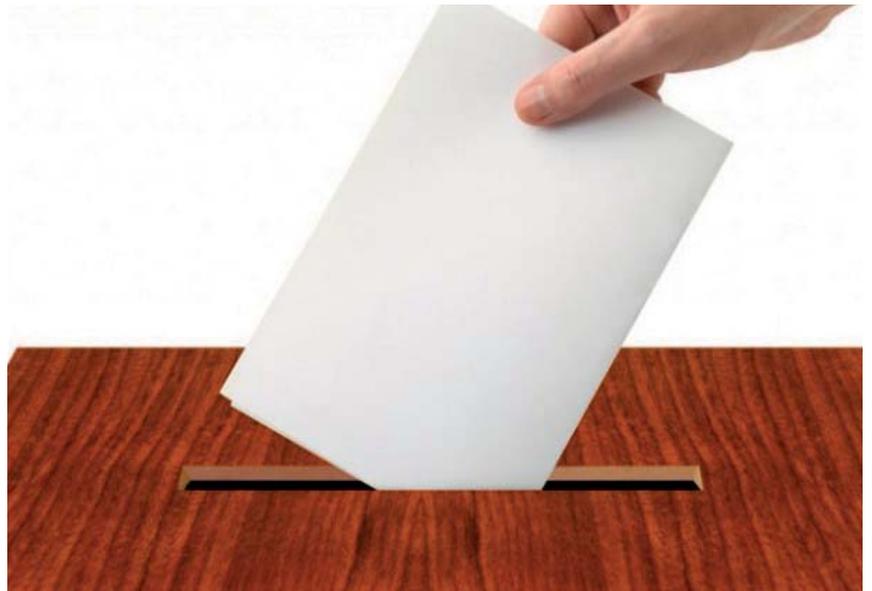
Porquê?

Ele explica numa corajosa entrevista que publicámos na edição de 29 de Agosto.

Três semanas depois, nem o Governo, nem a Cáritas, se pronunciam sobre o mega-projecto e porque os sem-abrigo se recusam a entrar naquele luxuoso e custoso edifício.

Um silêncio envergonhado que certamente diz bem da consciência das pessoas envolvidas.

Podem ir pensando também nas regionais Equipas do Facebook de combate à desinformação vão estar atentas às eleições no dia 6 de Outubro



As equipas da rede social Facebook responsáveis pelo combate à desinformação "vão estar atentas às eleições" legislativas de 6 de Outubro, apesar de não haver uma equipa específica para mitigar o fenómeno durante a campanha.

"Temos equipas na Califórnia, em Nova Iorque, em Washington, em Londres e em Dublin que vão estar atentas às eleições" legislativas em Portugal, assegurou o responsável pela secção de Parcerias com Órgãos de Comunicação Social do Facebook na Europa, Médio Oriente e África, Nick Wrenn, durante uma palestra sobre "Proteção da Integridade das Eleições no Facebook", promovida pela empresa tecnológica.

No entanto, o responsável explicou aos jornalistas presentes na sessão que apesar de haver "muitas equipas que participam (na verificação de conteúdos falsos) em eleições", não há uma específica para combater 'fake news' durante a campanha para as legislativas portuguesas.

"Não temos de ter uma equipa baseada em Portugal", explicou, acrescentando, contudo, que apesar de estes funcionários não poderão "estar fisicamente em todas as eleições", há um "modelo global" da rede social para lidar com campanhas eleitorais.

De acordo com os dados apresentados durante a palestra, há 30 mil pessoas espalhadas pelo planeta a fazer verificação de factos para o Facebook, além de serem bloqueadas cerca de um milhão de contas falsas por dia, no momento em que são criadas.

Nick Wrenn também explicou que combater as 'fake news' no Facebook é um trabalho que leva tempo, porque tem de ser feito não só por máquinas - com recurso a inteligência artificial -, mas também por pessoas.

Além disso, é necessário encontrar um equilíbrio entre "dar oportunidade às pessoas de dizerem o que quiserem" e, ao mesmo tempo, "combater a desinformação para manter as pessoas seguras".

"Não queremos ser as pessoas que dizem

o que está bem ou o que está mal", explicou, exemplificando que "se alguém quiser achar que a terra é plana", apesar de se saber que esse utilizador está errado, a pessoa "tem o direito de se expressar (em relação a esse assunto) no Facebook".

Os utilizadores da rede social não podem, contudo, disseminar conteúdos que possam "prejudicar a vida dos outros" e cujo discurso de ódio seja dirigido a uma determinada etnia, raça, origem nacional, afiliação religiosa, deficiência e doença, orientação sexual, sexo e género.

É ainda objectivo da gigante tecnológica "ter linhas abertas de comunicação" com partidos políticos e "instituições governamentais apropriadas" para fazer com quem entendam as políticas do Facebook relativamente aos anúncios de propaganda política e possam utilizar "as ferramentas novas" disponíveis para o efeito.

Questionado sobre se o Facebook, conhecendo a legislação específica de um país, poderia impedir a difusão de conteúdos propagandísticos durante o dia de reflexão (05 de outubro), o responsável pelo departamento que lida com Política e Governos na Europa, Médio Oriente e África, Sean Evins, explicou que essa não é uma prática que a empresa tenha e que, nesses casos, é o trabalho dos 'fact-checkers' e dos utilizadores que permite impedir a propagação desses conteúdos.

No entanto, há uma intenção do Facebook em ser transparente no que diz respeito às páginas que difundem conteúdos e, por essa razão, uma das novas medidas implementadas na rede social é a possibilidade de os utilizadores poderem saber informações sobre a autoria, data de criação, relação com outras páginas, entre outros dados.

Apesar de ainda não estar disponível em todos os países, esta nova ferramenta junta-se a outras, como a possibilidade de as pessoas poderem reportar informações que considerem ser discurso de ódio ou falsas.